

“EM DESFILE NOSSA TERRA, NOSSA GENTE”: A CONSTRUÇÃO DE CORPORALIDADES E BELEZAS EM CONCURSOS FEMININOS DIVERSOS

Aureliano Lopes da Silva Junior¹

Resumo: O presente trabalho é parte de um projeto de pesquisa de doutorado que objetiva discutir como se dá a construção de um sujeito político através da beleza no concurso de beleza Miss T Brasil. Este concurso segue os moldes dos tradicionais concursos de Miss voltados para mulheres (identificadas com o gênero feminino no nascimento), porém contempla concorrentes travestis e transexuais e teve sua primeira edição no ano de 2012 realizada pela ASTRA-Rio – Associação das Travestis e Transexuais do estado do Rio de Janeiro – com o apoio de diversas esferas governamentais deste mesmo estado. Pretendemos aqui uma revisão bibliográfica do tema concursos de beleza femininos (Batista, 1997; Giacomini, 1994 e 2006; Roquette Pinto, 1933; Rahier, 1998, 2003 e 2010; entre outros) e análise de como em tais competições estão em pauta ideais de beleza, de comportamento, nacionalidade e/ou raça/etnia, de feminilidades, entre outros marcadores sociais possíveis. Estes concursos de beleza nos parecem estruturados em dois eixos principais: 1- construção de beleza; 2- construção do corpo, os quais não são coincidentes, mas se encontram extremamente imbricados em uma relação entre corpo, beleza, saúde e os contextos sociais e políticos que os possibilitam.

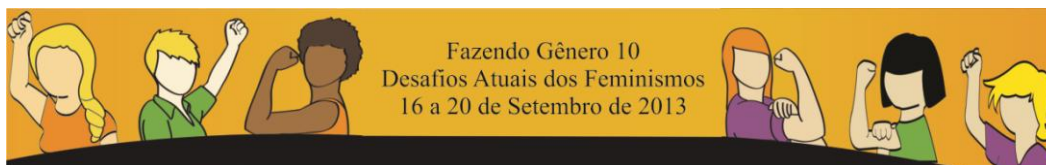
Palavras-chave: Concursos de Beleza. Beleza. Corpo. Gênero.

Em um pequeno texto, publicado em livro originalmente no ano de 1933, o médico e antropólogo Edgar Roquette-Pinto (1978) comentava a eleição de uma “jovem brasileira” – termo que segundo ele possuía maior conotação de nacionalidade do que “brasileira”, o qual indicaria profissão – para representar o Brasil em concurso internacional de beleza a ser realizado nos Estados Unidos. Após reconhecer que o assunto não era tão fútil como poderia parecer, resgata uma conversa com um amigo que insistia que deveríamos mandar para esta competição uma jovem que melhor representasse o “tipo brasileiro”. Neste ponto do diálogo, questiona:

Eu, por meu lado, limitava-me a perguntar-lhe qual seria o tipo da francesa. A mulher morena e vistosa do Sul, a arlesiana? A loura alta e angulosa, às vezes ruiva, de Flandres? E a da Alemanha? A do Norte ou a do Sul? Como pois querer que o Brasil possa apontar “um tipo”? (...) Ora, o “tipo”, no caso em questão, deve ser um ideal. Se fôssemos escolher, de fato, o “*tipo mais frequente*” em uma determinação científica, seria melhor não comparecer ao concurso, visto que ele se fará nos Estados Unidos, onde existe a conhecida *color line* e onde a mais pequena gota de sangue negro, que às vezes dá tão grandes atributos a alguns de nossos melhores e mais belos tipos, é desgraça definitiva.

Assim não deverá ser a “brasiliense-tipo” mas será “um tipo de brasiliense branco” – dentre os que já se podem apontar com certa precisão. Mas é de todo necessário seja uma mulher que se avizinha do ideal desejado. Nesses termos, o “concurso das misses”, toma o aspecto de uma prova eugênica (ROQUETTE-PINTO, 1978, p.16, grifos no original).

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva, IMS/UERJ, Rio de Janeiro/Brasil.

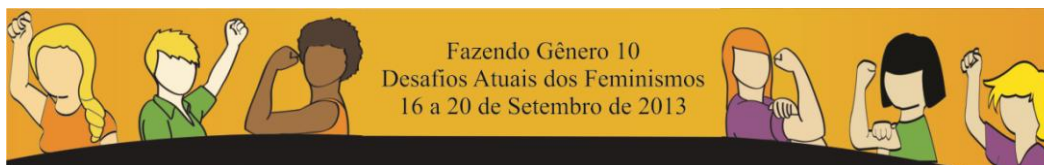


Neste texto, Roquette-Pinto criticava a eleição deste “ideal desejado”, porém parece não prescindir de recursos e esforços para o estabelecimento de talvez uma “brasiliense-tipo” ao reconhecer a importância da antropometria para “determinar se estando bem colocado no seu tipo antropológico, é o melhor representante desse tipo entre todos os seus concorrentes” (1978, p.18) ou os valores de índices que representariam o coletivo de determinada raça, no exemplo utilizado em seu argumento, o índice nasal da raça branca que não se adequaria ao que os juízes estariam à procura ao escolher uma Miss baseados na “‘graciosidade das linhas, a pureza das formas’, etc., etc” (1978, p. 20).

A crítica deste autor não reside exatamente nesta eleição, mas sim em sua imprecisão e equívocos. A festa seria “realmente bela e significativa” caso escolhesse os “mais fortes, mais lindos, mais dignos, por si e pelos seus antepassados, de representar o ideal de sua gente” (1978, p.20); o problema aqui residia na falta de rigor – ou mesmo cientificidade – ao basear escolha tão importante para a nação em critérios sensoriais, “segundo o simples e elementar sentimento dos juízes” (1978, p.19) ao invés de se utilizar de critérios realmente estéticos que, baseados em estudos da raça, definissem a mais bela brasileira do mesmo modo como na “escolha do mais lindo peixe do Brasil, ouçam primeiro os conselhos de um ictiólogo, ainda que seja um ‘curso estético’ para determinar o mais belo exemplar destinado a algum ‘atelier’ de animalista” (1978, p. 20, grifos no original).

Este interesse pela raça de Roquette-Pinto em um ponto se relaciona ao meu interesse neste tema de pesquisa: refletir como em um evento aparentemente fútil estão sendo produzidos sujeitos políticos, ideais e valores que dizem de um contexto cultural mais amplo. Porém ao invés de discutir qual o tipo mais apropriado para um certame de beleza, objetivo aqui uma breve discussão sobre a construção deste “tipo” ou “perfil” em e para concursos de beleza femininos, tentando pensar sobre como nestes concursos há a construção deste sujeito político que visa representar determinado grupo. Concursos de beleza objetivam eleger dentre uma série de candidatas aquela que melhor representaria a ideia que tal grupo faz de si, o que tanto produz a imagem de uma coerência interna deste grupo, como o visibiliza perante um público e coletivo externo a este (Cohen; Wilk e Stoeltje, 1996).

Neste sentido, assim como postula Oluwakemi Balogun, também penso que “concursos de beleza, especialmente os nacionais, oferecem um caso singular para se estudar como os ideais de gênero desempenham um papel nos discursos de construção da nação, uma vez que são locais tangíveis na produção da identidade nacional generificada” (Balogun, 2012, p.358). E este corpo



tangível é literal: há a produção de um corpo feminino que representaria um grupo que em algum grau se pensa nacionalista-étnico-racial, imbricando diversos marcadores sociais na produção deste corpo e feminilidade.

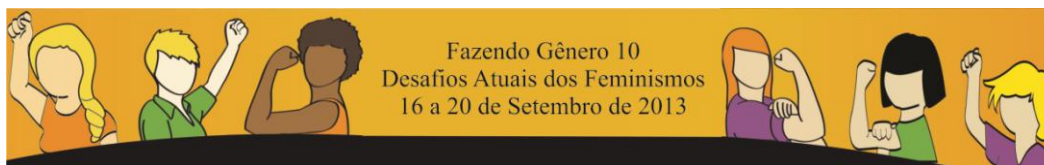
A literatura que aborda de forma direta concursos de beleza parece unânime em sua crítica a algo que talvez possamos nomear como um racismo e normatização estruturais e constituintes destes concursos e da ideia de eleição de um tipo ideal. Apesar das diferentes direções que cada um/a possa tomar em suas análises, podemos mencionar aqui Edgar Roquette-Pinto (1933), a coletânea de Coleen Balerino Cohen, Richard Wilk e Beverly Stoeltje (1996), Ana Maria Batista (1997), Jean Muteba Rahier (1998, 2001 e 2003), Sarah Banet-Weisner (1999), Sônia Giacomini (2006), Andrew Canessa (2008) e Oluwakemi Balogun (2012).

O tema da beleza atravessa todas estas discussões, porém devido à falta de espaço para uma discussão mais consistente, não explorarei autores/as que trataram da construção da beleza e seus padrões normativos relacionais que estabelecem o que é belo e o que não o é em determinado tempo e cultura. Pelo mesmo motivo, também não será possível aqui dialogar com alguns/as autores/as que se dedicaram especificamente a concursos trans, os quais dizem diretamente de meu campo de pesquisa e interesse. Entre tais concursos há uma série de nuances, já que há tensões entre as categorias trans possivelmente abarcadas, ora aproximando travestis, transexuais e transformistas ora diferenciado-as radicalmente.

Apresentarei na sequência uma breve revisão de alguns textos sobre concursos de beleza para mulheres, pois estas são a grande referência do certame Miss T Brasil, que constitui o meu trabalho de campo. A noção de beleza e miss para travestis e transexuais se pauta e se aproxima destes concursos para mulheres tanto por oferecem um tipo de feminino almejado como por também as diferenciam de grupos de homossexuais que porventura se transvestem em momentos específicos de espetáculos e performances. As candidatas ao título de “trans mais bela do Brasil” certamente não desejam se tornar uma mulher, mas sim exaltar e visibilizar sua feminilidade, a qual é concebida como não deixando a dever àquelas estabelecidas nos diversos concursos de Miss regionais e nacionais para mulheres.

“Jovens misses seus estados representam; Seus costumes, seus encantos, seu valor”

De acordo com Colleen Balerino Cohen, Richard Wilson e Beverly Stoeltje, “concursos de beleza colocam normas de gênero – convencionalmente, versões idealizadas de feminilidades – no palco em uma competição de atribuição da vencedora de um título e coroa ‘real’” (1996, p.02,

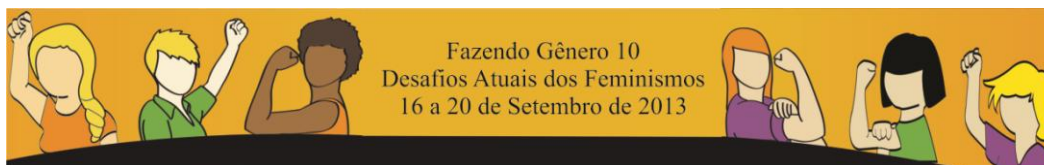


grifos no original). Esta vencedora então corada representará aquilo que tal concurso almeja, seja uma Miss nacional, como Miss Brasil; uma internacional, como no Miss Universo; algum tipo de representação regional, como Rainha da Soja, do Morango, do Rodeio e diversas outras versões tidas como mais locais; ou ainda temáticas mais específicas não diretamente relacionadas à localidades e nacionalidades, como Miss Beleza Negra, Miss Transex, Miss Surda, Miss Brasil Infantil, entre outras.

Cohen, Wilson e Stoelje aplicam esta ideia de uma representação através da exibição de “valores, conceitos e comportamento que residem no centro do senso que um grupo faz de si mesmo” (1996, p.02) tanto para concursos a níveis nacionais (e suas etapas regionais) como eleições que aconteceriam em festas mais comunitárias, como eleição de rainhas em festivais agropecuários. Segundo tais autores/as, dois modelos diferentes operam aqui: no primeiro caso, há um perfil que por se pretender correspondente a uma população, seria mais focado na noção de beleza e de miss, ao passo que no segundo caso há uma forte ligação da candidata com seu grupo de origem, sendo relevantes valores e a ideia mais ampla de rainha, a qual não corresponderia apenas à beleza física. Em ambos há a ideia de uma representatividade, porém no primeiro esta parece ser mais geral e referida a caracteres mais amplos ao passo que no segundo esta se mostra mais imbricada à vida daquelas pessoas que a rainha representa.

Esta construção da beleza de uma Miss como não restrita à produção de corpos plásticos ou simplesmente belezas estéticas é referida por Sarah Banet-Weiser (1999) como uma negociação um tanto contraditória, já que se está constituindo alguém como “apenas” um corpo, porém este corpo não se basta nele mesmo ao trazer consigo ideais daquilo que ele representa para determinado grupo ou nação. A beleza, graça e desenvoltura que contarão na eleição da Miss não podem ser concebidas apenas como atributos pessoais, ou melhor, são atributos pessoais porque aquela candidata faz parte de uma comunidade ou nação mais ampla que a escolheu para ali encarnar seus valores. O que seria pessoal e o que seria do grupo ou população se mostram aqui altamente imbricados, dosados e “espontaneamente” calculados.

Mesmo nos concursos que objetivam a eleição de uma “mais bela”, esta beleza não existe por si só ou segundo padrões estéticos universais; parece haver sempre um perfil que formatará as belezas de determinado certame, ainda que este perfil seja aclamado como universal. Como nos conta Ana Maria Batista (1997) em seu trabalho sobre o Miss Universo, da década de 1950 até 1970 vigorava um modelo essencialista centrado na ideia da naturalidade da beleza da miss, sendo ressaltado que estas eram “naturalmente” belas, “naturalmente” calmas, “naturalmente” sedutoras,



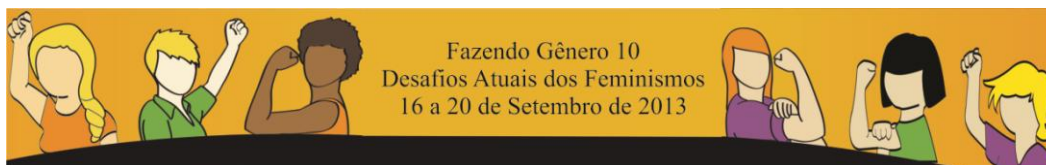
etc. A maquiagem e adereços apenas realçariam aquilo que a Miss já possuía “naturalmente”. Já nas décadas de 1980 e 1990, este modelo foi substituído por outro nomeado por Ana Batista como construtivista, no qual pequenas cirurgias plásticas “corretivas”, exercícios físicos objetivando tornar o corpo e os mais variados acessórios fazem parte do discurso nativo de construção da beleza. Esta autora ressalta que esta construção e estabelecimento de um perfil sempre estiveram presentes nos misses Universos, porém naquele primeiro período este viés construcionista era revestido de um discurso de naturalidade, como nos mostra este trecho acerca dos ensaios durante a realização de tal concurso: “Ensaiar, a candidata ensaiava, porque, isto mostrava seu esforço e dedicação como representante do país, mas o que o discurso nativo traz é que a espontaneidade e a simplicidade (uma verdadeira arma) são sempre melhores, são características desejáveis” (Batista, 1997, p.186-187, grifos no original).

Ainda nas palavras de Ana Batista,

(...) a beleza é naturalizada. E é naturalizada como uma beleza universal (“o trono da beleza universal”, etc.), que se expressa em tipos (“a beleza latina”, “A Glória do Oriente”, “a beleza que veio do frio”, “a maravilha americana”, etc.), particularizados no local, isto é nos países participantes e mesmo em regiões destes. A Miss Universo seria aquela que concentrasse simbolicamente tanto os atributos da beleza universal, quanto os atributos da beleza nacional. Ora, mas todas as candidatas ao Miss Universo são belezas nacionais, daí os critérios para avaliação dos atributos da beleza universal. A beleza nacional tem que atender aos requisitos da beleza universal (BATISTA, 1997, p. 143, grifos no original).

Em tais certames faz-se necessário um tipo de equilíbrio conjugando o que seria desejável como beleza universal e as particularidades nacionais de cada candidata. Isto pode parecer mais evidente em concursos mundiais, porém acredito que esta tensão está presente nos mais diversos concursos, sejam mundiais, nacionais ou regionais. Jean Muteba Rahier aborda esta tensão objetivando ressaltar o quão racista são estes concursos de beleza. Em sua análise sobre o Miss Equador de 1995-96, Rahier nos conta que a edição de tal ano surpreendeu a todos ao eleger como vencedora Mónica Chalá, uma mulher negra. Esta eleição gerou muitas respostas negativas, porém Chalá acabou sendo saudada como “uma Venus de Ébano e âmbar-negro, daquelas engendradas pelas noites de lua cheia, concebida quando a luz brilha na penumbra” (Bejarano citado por Rahier, 1998, p. 426).

A resistência à Mónica Chalá se devia simplesmente à sua cor de pele, em um contexto no qual a negritude é altamente marginalizada e colocada de fora do embate racial que se dá entre índios e brancos no discurso nacionalista racial. O negro é visto como o completo outro, como exemplifica Jean Muteba Rahier ao contar que sendo um pesquisador negro no Equador, era visto como “*un negro fino*”, já que sua europeidade se sobrepunha à sua cor de pele (1998, p.422). No

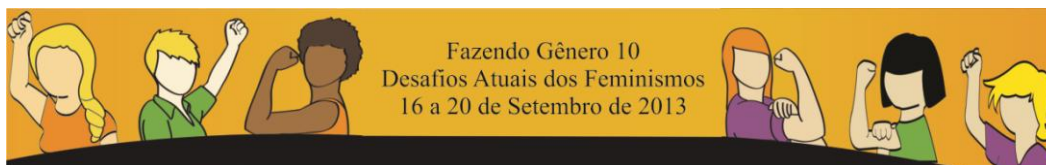


momento de sua eleição, Mónica Chalá já era uma figura pública ligada ao mundo da moda e com uma trajetória considerada como de sucesso, além de ser de uma das regiões do país valorizada e tida como um bias nos concursos nacionais de Miss, a província de Pichincha. Não era uma negra qualquer, mas como qualquer outra potencial candidata, porém de cor de pele preta, o que possibilitou o branqueamento de sua trajetória e perfil. Isto, juntamente com o fato de não ser uma mestiça, contribuiu para que sua vitória fosse resignificada como “um meio (quando se respeita as medidas e perfil ideais) usado para proclamar um padrão internacional de beleza que inclui a diversidade racial” (Rahier, 1998, p.426). O Miss Universo no qual ela representaria o Equador deveria ser realizado na África do Sul, porém acabou acontecendo em Las Vegas e ali Mónica Chalá desfilou de cabelos alisados e lentes de contato que clarearam seus olhos castanhos. Teria sido uma mera estratégia levar uma representante negra para a África do Sul?

Jean Rahier reforça seu argumento de total marginalização dos/as negros/as no Equador – e talvez até possamos falar aqui de aniquilamento e não apenas marginalização² – ao lembrar ainda a eleição de Jaqueline Hurtado, uma negra, no Miss Esmeraldas de 1997, etapa regional do concurso nacional e realizada na província de mesmo nome, a qual possui população predominantemente negra. Este concurso é tradicionalmente organizado pelo “Clube de Damas” da elite branca local, porém naquele ano foi comandado pela esposa do novo governador, a qual modificou algumas regras desta eleição. As principais destas mudanças foram subsídios públicos iguais para todas as candidatas e voto popular ao invés de um júri na escolha de tal Miss. Hurtado sagrou-se vencedora, contrariando a trajetória elitista e branca do certame (Rahier, 2001).

Em sua análise, Rahier não vê neste evento extraordinário nenhuma intenção manifesta de transformação das relações raciais locais, mas sim uma conjuntura política diversa que, em um nível que talvez possamos nomear como imprevisível ou do acaso, permitiu a eleição de Jaqueline Hurtado. Uma lógica branca e de branqueamento continuava perpassando este concurso e esta Miss em especial, como revela a própria Hurtado em sua resposta ao questionamento de Jean Muteba Rahier sobre o alisamento feito em seus cabelos e uso de lentes de contato após sua vitória em Esmeraldas: “se na vida alguém tem a oportunidade de melhorar-se intelectual ou fisicamente, por que não fazê-lo? A esposa do governador me deu a oportunidade de melhorar-me fisicamente e eu a fiz. (...) Sei que algumas pessoas se aproveitaram desta mudança para me criticar. (...) Servirei à

² Sugestão de Jurema Werneck em comunicação oral no Seminário “Corpos, Sexualidades e Feminilidades”, realizado em setembro de 2012 na UERJ, Rio de Janeiro. Werneck lembrou a trajetória de diversas “desconhecidas” mulheres negras, as quais tiveram suas histórias e corpos aniquilados do nosso imaginário social.



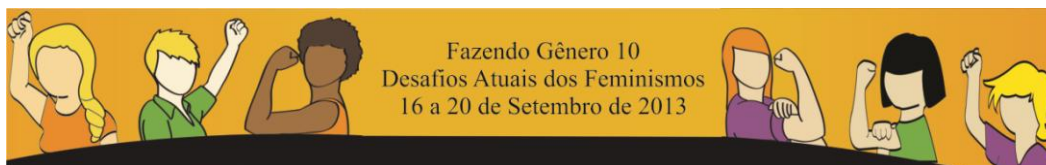
minha província da melhor forma possível, cuidando das crianças e dos idosos. Isso é tudo” (Rahier, 2001, p.236).

Andrew Canessa (2008) também aborda esta tensão racial em concursos de beleza nacionais, porém se debruça sobre sua versão boliviana e o embate entre uma identidade nacional indígena e outra branca. Este autor afirma que o ideal de beleza feminina na Bolívia está mais próximo da boneca Barbie do que das tradicionais bonecas indígenas feitas por mulheres indígenas para o mercado de souvenirs que encanta estrangeiros com sua “autenticidade” e exotismo. Ainda que tenhamos uma popular identificação nacional boliviana com sua etnicidade indígena, esta não passa pelas concepções de beleza, a qual segue o padrão branco norte-americano tanto para mulheres como para homens. Este ideal branco de beleza feminina está também associado às áreas tidas como mais ricas e cosmopolitas do país e à sua elite. Canessa menciona o quão significativo foi uma resposta dada pelo então candidato indígena à presidência, Evo Morales, quando questionado se conseguiria estabelecer relações com a elite econômica branca: “Em 2003 na eleição da Miss Bolívia, em Sucre, perguntaram a quem admiravam e 15 das 18 candidatas disseram a Evo Morales... e não acredito que foi porque sou solteiro (risos), alguma talvez. Elas são filhas da classe média ou alta. As mulheres têm outra forma de pensar sobre a vida” (Morales citado por Canessa, 2008, p.56).

Em 2004, enquanto os indígenas bolivianos se mobilizavam para a vindoura vitória de Evo Morales para a presidência da Bolívia, Gabriela Oviedo, uma destas brancas “filhas da classe média ou alta” competiu no Miss Universo realizado no Equador e respondeu da seguinte forma – e em inglês – à pergunta “Qual é um dos maiores equívocos sobre [a imagem de] seu país?”:

Um... infelizmente, pessoas que não conhecem a Bolívia muito bem pensam que nós todos somos somente pessoas indígenas da parte oeste do país: é La Paz toda a imagem de que o que nós refletimos é aquele povo pobre e um povo muito baixo e um povo indígena... Eu sou do outro lado do país, do lado leste do país, o lado leste e não é frio, é muito quente e nós somos altos e um povo branco e nós sabemos inglês então o maior equívoco é de que a Bolívia é somente um país “Andino”, é errado, a Bolívia tem muito a oferecer e este é meu trabalho como embaixadora do meu país, deixar que as pessoas saibam quanta diversidade nós temos (CANESSA, 2008, p.56).

Exemplo brasileiro deste tipo de problemática, porém em um concurso cujo recorte racial se estabelecia desde sua concepção, é o trabalho de Sônia Giacomini (2006) sobre o Clube Renascença, no Rio de Janeiro. Este clube de e para negros/as de classe média realizava concursos de beleza na década de 1950, os quais objetivavam a eleição da mais bela e fina negra do Renascença. Este objetivo dos certames se integrava ao projeto mais amplo do clube, de distinção da pessoa negra através da alta escolaridade, “ter” ou “ser” de família, ser educado e ter um

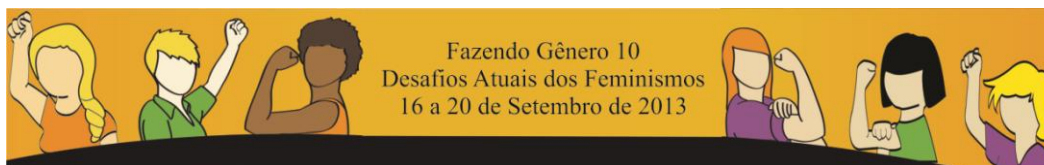


posicionamento de não subserviência ou “humildade”, como era concebida a grande maioria da população negra da época. Segundo Giacomini, “o que parecem querer comunicar, em suma, é que são capazes de ‘ordem’ (...) ser capaz de organizar-se em um clube social já seria, nessa perspectiva, uma demonstração de *finesse*. O projeto dos fundadores procura rebater o estigma com requinte” (2006, p.91, grifos no original).

Neste sentido, os concursos do Renascença almejavam a escolha de uma “negra distinta”, a qual demonstraria toda elegância e requinte do clube e poderia concorrer de igual para igual com as mulheres brancas do Miss Guanabara e Miss Brasil. O ápice desta “inclusão da beleza no projeto de dignificação: é a beleza honrada, nobilitada” (Giacomini, 2006, p.83) foi no ano de 1964, com a vitória de Vera Lúcia Couto no Miss Guanabara e posterior conquista do segundo lugar no Miss Brasil daquele ano. Segundo a própria Vera Couto, ela abriu caminho para outras negras nestes últimos certames, bem como acredita ter contribuído para uma maior integração entre negros e brancos em relações sociais cotidianas. Sua beleza nobilitada contrapunha-se à imagem da mulata, a qual era vista como um estereótipo negativo nestes tempos áureos do Miss, mas que posteriormente seria abraçada como projeto de integração social do Renascença à sociedade – guardadas às ambiguidades desta imagem tida como sedutora e em algum nível ameaçadora, não tão nobre como a candidata “de família” a Miss.

Este projeto de Misses era de certo modo ambíguo, pois era tanto voltado para o grupo fundador como para fora deste núcleo, como demonstra Sônia Giacomini ao afirmar que “no primeiro concurso [Miss Renascença], concorrendo com outras mulheres negras, destacam-se atributos como sobriedade, classe, refinamento; no segundo desfile [Miss Guanabara], confrontada a mulheres brancas, valem a inventividade, a criatividade, o jogo de cintura” (Giacomini, 2006, p.116). Instaura-se aqui a tensão entre a especificidade da beleza da mulher negra e a universalidade de uma beleza concebida desta forma por concursos de misses gerais. Beleza esta que não está relacionada apenas a atributos simplesmente estéticos ou plásticos, mas sim a uma série de valores encarnados como estética naquele corpo e feminilidade.

Esta tensão entre localidade e universalidade foi colocada em xeque por Oluwakemi Balogun (2012) ao analisar dois diferentes concursos de beleza na Nigéria, *Queen Nigeria* voltado para uma beleza e cultura “tradicionais” do país e *The Most Beautiful Girl in Nigeria*, que assume um tom cosmopolita e objetiva levar uma beleza universal de uma nação tida como emergente para o mundo todo. Logo na introdução de seu texto, Balogun destaca duas falas destes concursos para ilustrar os dois diferentes discursos e projetos de beleza ali produzidos: “[Queen Nigeria] é alguém



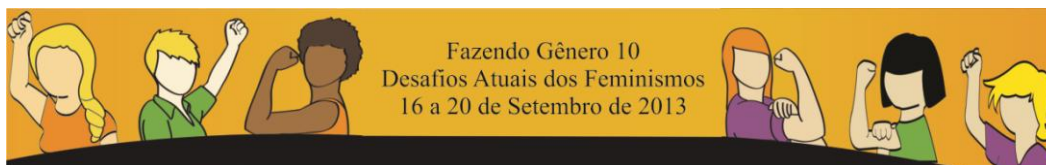
com quem os nigerianos podem facilmente relacionar-se e identificar-se em termos de como ela é. ... Ela tem os valores fundamentais do nosso povo, nossa cultura e nossa orientação. [Queen Nigeria] é o que somos” na fala dos organizadores deste evento e “[A garota mais bonita na Nigéria] é uma garota Cosmo ... alguém que está na moda, passa algum tempo nos EUA e no Reino Unido. ... Muito *fashion-forward*” (Balogun, 2012, p.358), como afirma um estilista deste último certame.

Balogun ressalta a produção de feminilidades nestes dois concursos em duas versões da “mulher nigeriana” ou ainda de uma ideia da “mulher africana” e argumenta que esta feminilidade não pode ser separada do projeto de nação nigeriano (ou africano). Como afirma um dos organizadores do *Queen Nigeria* ao justificar porque havia uma prova de culinária nesta competição, “porque estamos procurando por uma mulher Africana. Nós não queremos apenas seu contorno ou seu rosto ou sua inteligência, nós queremos ver você fazer coisas Africanas. (...) nós não temos que ser todos Ocidentalizados, há um toque de África e há um toque de Nigéria” (Balogun, 2012, p.366).

Cada concurso lança mão de valores que melhor o representaria e isto aparece tanto nas etapas de cada competição como corporificados naquela feminilidade eleita Miss ou rainha. De um lado temos valores associados a um tradicionalismo ou mesmo um exotismo que particularizaria determinado grupo ao passo que do outro vemos a incorporação de um universalismo baseado em ideais de globalização ou inserção em uma economia (de mercado, sexual, de gênero, racial, etc) global. Cada concurso de beleza definirá o seu perfil, o qual não precisa ser explicitamente verbalizado para se mostrar discursivamente vivo em cada palco ou passarela. A ideia por trás da eleição de uma “mais bela” parece ser a de que ela é o corpo vivo da imagem de uma nação e população.

“Na beleza das mulheres do Brasil”

Nos mais diversos concursos o palco parece tanto ser o lugar no qual a plateia se vê em uma figura idealizada e “domesticada” de si mesma como uma plataforma na qual um público mais amplo terá acesso a esta *persona* ideal de determinado grupo ou população. Neste movimento de construção de um ideal corporificado em uma figura feminina para ser visto por um “nós” e um “eles”, exaltado como aquela particularidade local e/ou étnico-racial em um palco universal, toda heterogeneidade é transformada em uma imagem única e coerente daquilo que não apenas acredita-se ser tal grupo/nação, mas talvez principalmente aquilo que este deveria ser perante os olhos de um



coletivo mais amplo. Como argumenta Sônia Giacomini acerca da transformação da figura da mulata em símbolo de brasilidade,

(...) transforma-se a cultura e a raça dominadas em representantes sintéticos da totalidade social, oferecendo um exemplo típico de situações em que, como já observou Fry, “a conversão de símbolos étnicos em símbolos nacionais não apenas oculta uma situação de dominação racial, mas torna muito mais difícil a tarefa de denunciá-la. Quando se convertem símbolos de ‘fronteiras’ étnicas em símbolos que afirmam os limites da nacionalidade, converte-se o que era originalmente perigoso em algo ‘limpo’, ‘seguro’ e domesticado” (GIACOMINI, 1994, p.224)

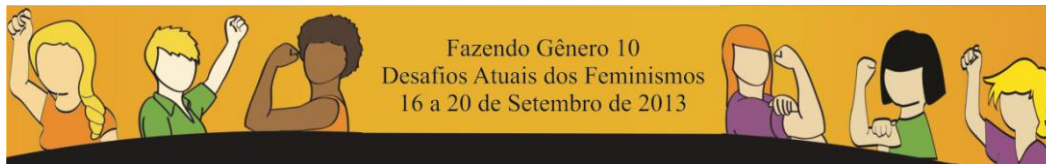
Aqui temos que concordar com Edgar Roquette-Pinto (1978) de que um concurso de Miss toma sim um caráter de “prova eugênica”; qualquer eleição de uma “mais bela” domesticará toda ambiguidade e dissenso da vida social e toda diversidade e tensões culturais em prol do estabelecimento daquela feminilidade una e bela. O corpo feminino aparece como matéria na qual tais símbolos serão encarnados – juntamente com a seleção e transformação da cotidianidade de tal corpo em beleza extraordinária e exemplar – e meio através do qual estes serão colocados à prova e serão exibidos e exaltados em noite de festa!

Uma Miss representa de forma coerente todo um processo histórico-social complexo e na maior parte das vezes estes são conflitos étnico-raciais ali generificados e branquiados. Aquilo que queremos mostrar como “o que nos representa”, advém de um processo “de seleção não explícitos que conferem a uma vertente particular a hegemonia no processo de integração ou de identidade” (Giacomini, 1994, p.225). O ápice parece ser a construção de uma beleza que se aproxime do ideal da beleza branca tida como nobilitada, de modo que todo este processo de domesticação e coerência discursiva possa parecer “natural”, “universal”, enfim, desejado e desejável, pois é a identidade mesma de um grupo que está em jogo.

Mesmo nos certames situados à margem desta feminilidade racial hegemônica, como o Miss T Brasil e os diversos concursos de Beleza Negra, nos quais há uma recriação e resignificação da beleza objetivando trazer à tona as reivindicações e “cultura” daquele grupo e/ou população, um outro ideal modelar se impõe, o qual em algum grau se pautará naquela hegemonia concebida como universal. Este é um processo social racista do qual parece sermos todos e todas reféns, mas neste caso, com exuberância, *finesse* e requinte.

Referências

BALOGUN, Oluwakemi M. Cultural and Cosmopolitan: Idealized Femininity and Embodied Nationalism in Nigerian Beauty Pageants. In: *Gender & Society*, v.26, nº3, p.357-381, 2012.



BANET-WEISER, Sarah. *The most Beautiful Girl in the World: Beauty Pageants and National Identity*. Berkeley, Los Angeles, Londres: University of California, 1999.

BATISTA, Ana Maria Fonseca de Oliveira. *O telefone sem fio, a sobrinha do presidente e as duas polegadas a mais – concepções de beleza no concurso Miss Universo*. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

COHEN, Coleen Ballerino; WILK, Richard; STOELTJE, Beverly. Introduction: *Beauty Queens on the Global Stage*. In: _____. *Beauty Queens on the Global Stage*. New York, London: Routledge, 1996.

GIACOMINI, Sônia Maria. *A alma da festa: família, etnicidade e projetos num clube social da Zona Norte do Rio de Janeiro: o Renascença Clube*. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: Iuperj, 2006.

_____. *Beleza Mulata e Beleza Negra*. *Estudos Feministas*, n.e, p.217-227, 1994.

RAHIER, Jean Muteba. *Mestizaje, Mulataje, Mestiçagem*. *Latin American Ideologies of National Identities*. In: *Journal of Latin American Anthropology*, v.8, n°1, p.40-50, 2003.

_____. *Poética y Política de cuerpos blancos y negros: Señoras, Mujeres, Blanqueamiento y Miss Esmeraldas 1997-1999*, Ecuador. In: BENÁLCAZAR, Patricio. *Diversidad: ¿Sinónimo de Discriminación?*. Quito: Comunicaciones INREDH, 2001.

_____. *Blackness, the Racial/Spatial Order, Migrations, and Miss Ecuador 1995-96*. In: *American Anthropologist*, v. 100, n°2, p.421-430, 1998.

ROQUETTE-PINTO, Edgar. *Ensaio de Antropologia Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978 (primeira edição de 1933).

“Em desfile nossa terra, nossa gente”: the construction of corporalities and beauties in several female pageants

Abstract: This work is part of a doctoral research project that aims to discuss how is the construction of a political subject through beauty in the beauty pageant Miss T Brasil. This contest follows the pattern of the traditional Miss pageants geared toward women (identified with the female gender at birth), but includes competitors travestis and transsexuals and had its first edition in 2012 organized by ASTRA-Rio - Association of Travestis and Transsexuals of state of Rio de Janeiro - with the support of various government spheres of the same state. We intend here a literature review of the topic female beauty pageants (Batista, 1997; Giacomini, 1994 and 2006; Roquette Pinto, 1933; Rahier, 1998, 2003 and 2010, among others) and analysis of how in such competitions are on the agenda of ideals beauty, behavior, nationality and/or race/ethnicity, femininity, and other social markers possible. These beauty pageants seem structured in two main areas: 1 - construction of beauty; 2 - body building, which do not coincide, but are extremely intertwined in a relationship between body, beauty, health and the social and political contexts that allow it.

Keywords: Beauty Pageants. Beauty. Body. Gender.